

## 1. Contexto operacional

A Plascar Participações Industriais S.A. (“Plascar S.A.” ou “Companhia”), com sede na cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital aberto, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA (PLAS3). A atividade da Companhia está representada pela participação como sócia majoritária da controlada Plascar Indústria de Componentes Plásticos Ltda. (“Plascar Ltda.”), que atua no setor automotivo e tem como atividade operacional a industrialização e comercialização de peças e partes relacionadas com o acabamento interno e externo de veículos automotores.

A Plascar Ltda. detém o controle da Plascar Argentina S.A. (“Plascar Argentina”), localizada na Argentina, com plantas nas cidades de Tortuguitas, Córdoba e Rosário que, por sua vez, é a controladora da Ristolsur S.A. (“Ristolsur”), localizada no Uruguai, que não possui operações relevantes. A Plascar Ltda., também controla a Plascar Indústria de Componentes Plásticos S.A., estabelecida na cidade de Tortuguitas, Argentina, sem operações relevantes. As Companhias consolidadas são consideradas, nessas demonstrações financeiras, como “Grupo”.

A Plascar Ltda. possui cinco plantas industriais, localizadas nas cidades de Jundiaí, Pindamonhangaba e Campinas, no Estado de São Paulo, Varginha e Betim, no Estado de Minas Gerais.

As plantas atuam principalmente no setor automotivo, com foco no atendimento a montadoras de veículos, fornecendo para-choques, painéis de instrumentos, difusores de ar, porta copos, laterais de porta, porta pacotes, carpetes, acionadores de vidro e outros componentes menores. A produção de produtos não automotivos, com foco na injeção e montagem de carrinhos de supermercado, caixas multiuso, pallets e móveis ecológicos, representa menos de 10% do total de ativos, receita líquida e lucro líquido consolidados na Companhia.

O controle acionário da Permal do Brasil Indústria e Comércio Ltda., que detém 47,33% do capital social e controla a Plascar Participações Industriais S.A., pertence ao IAC - International Automotive Components Group Brazil, LLC, *joint venture* fundada em 2005 entre WL Ross & Co. LLC e Franklin Mutual Advisers LLC, com sede em Delaware, Estados Unidos.

### *Situação Financeira*

A receita líquida da Companhia no exercício de 2013 apresentou uma queda de 6,9% quando comparada com o mesmo período do ano anterior. Esta queda de receita deve-se principalmente à descontinuidade de alguns modelos de veículos em 2012, os quais a Plascar detinha a produção, bem como em razão da menor receita na venda de ferramentais no período, afetando de forma significativa o fluxo de caixa e resultado da Companhia para 2013.

A Plascar vem tomando varias medidas para reduzir os custos, promovendo negociações junto aos clientes para repasses de aumentos de custos, alongamento e renegociação da sua dívida.

A Plascar foi nomeada em vários outros projetos para fabricação de peças injetadas para veículos nas várias novas montadoras que estão se estabelecendo no Brasil, além de novos negócios não ligados ao setor automotivo, os quais se encontram em fase de desenvolvimento. A maioria dos projetos citados inicia sua produção em 2014, com expectativa de uma recuperação gradativa do resultado da Companhia ao longo deste ano.

Conforme Fato Relevante divulgado ao mercado em 13 de dezembro de 2013, a Companhia iniciou recentemente os trabalhos relacionados a um eventual aumento de capital por meio de oferta pública primária de ações ordinárias, assim como mantém negociações com instituições financeiras para alongamento e renovação da sua dívida.

A Companhia vem acompanhando o crescimento do mercado automotivo Brasileiro e Argentino e, para isso, tem investido de forma consistente na melhoria e expansão das suas instalações industriais, visando atender às montadoras atualmente instaladas e aquelas que estão em fase de instalação nesses países.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 26 de março de 2014.

## **2. Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### **2.1 Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3.

#### **(a) Demonstrações financeiras consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

#### **(b) Demonstrações financeiras individuais**

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais do Grupo. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. No caso da Companhia, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

## 2.2 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

### (a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Plascar Participações Industriais S.A e das empresas nas quais a Companhia mantém o controle acionário, direta ou indiretamente, detalhadas abaixo:

	Participação em					
	31/12/2013		31/12/2012		01/01/2012	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Plascar Indústria de Componentes Plásticos Ltda.	99,89%		99,89%		99,89%	
Plascar Indústria de Componentes Plásticos S.A.		99,89%		99,89%		99,89%
Plascar Argentina S.A.		99,89%		99,89%		99,89%
Ristolsur S.A.		99,89%		99,89%		99,89%

O Grupo usa o método da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

### (b) Perda de controle em controladas

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer retirada na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil para subsequente contabilização da participação retirada em uma coligada. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso pode significar que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados.

## 2.3 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo. A Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

## 2.4 Conversão de moeda estrangeira

### a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Controladora

## **b) Transações e saldos**

As operações com moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas".

As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.

## **c) Empresas do Grupo com moeda funcional diferente**

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.
- (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).
- (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda da venda.

## **2.5 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante.

## **2.6 Ativos financeiros**

### **2.6.1 Classificação**

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

**(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se foi adquirido, principalmente para fins de venda no curto prazo. Os ativos desta categoria são classificados como ativos circulantes.

**(b) Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem “Contas a receber” (Nota 2.8), “Outras contas a receber” (Nota 2.22) e “Caixa e equivalentes de caixa” (Nota 2.5).

**2.6.2 Reconhecimento e mensuração**

As compras e vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando o direito de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" no período em que ocorrem.

**2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**2.6.4 Impairment de ativos financeiros**

**(a) Ativos mensurados ao custo amortizado**

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* possuem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;

- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
  - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
  - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

## **2.7 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge***

O Grupo não faz uso de instrumentos financeiros derivativos.

## **2.8 Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, e subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PDD” ou *impairment*).

## **2.9 Estoques**

Os estoques são demonstrados ao custo ou valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é a média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados, dos produtos em elaboração e ferramentais compreende os custos do projeto, matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos necessários para efetuar a venda.

## 2.10 Ativos intangíveis

### (a) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo.

### (b) Softwares

As licenças de *softwares* são capitalizados com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de 3 anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

## 2.11 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada utilizando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	25 a 50
Máquinas	8 a 25
Moldes	11 a 15
Móveis e utensílios	10 a 15
Veículos	5 a 6
Equipamentos de informática	5 a 6

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior que seu valor recuperável estimado (Nota 2.12).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

## 2.12 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto ágio, que tenham sido ajustados por *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

### **2.13 Contas a pagar aos fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

### **2.14 Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construções ou produção de um ativo qualificável, que é ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

### **2.15 Provisões**

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

### **2.16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido



ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

## **2.17 Benefícios a empregados**

### **(a) Obrigações de aposentadoria**

O Grupo possui um plano de pensão de contribuição variável, que inclui benefício definido para determinados participantes antes da transição, e contribuição definida para os demais. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual o Grupo faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

Com relação a planos de contribuição definida, o Grupo faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. O Grupo não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois de que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

**(b) Plano de pagamento baseado em ações**

O Grupo opera um plano de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo os quais a entidade recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) do Grupo. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de vendas e permanência no emprego por um período de tempo específico). As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) quando as opções são exercidas.

As contribuições sociais a pagar em conexão com a concessão das opções de ações são consideradas parte integrante da própria concessão, e a cobrança será tratada como uma transação liquidada em dinheiro.

**(c) Participação nos lucros**

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

**2.18 Capital social**

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

## **2.19 Reconhecimento de receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida, dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos fluirão para a Companhia e suas controladas e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir.

### **(a) Venda de produtos**

O Grupo fabrica e vende peças e partes relacionadas com o acabamento interno e externo de veículos automotores. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que uma empresa do Grupo efetua a entrega dos produtos para o comprador. A Companhia e suas controladas avaliam as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

### **(b) Venda de ferramentais**

O Grupo desenvolve e vende ferramental para injeção de peças plásticas de acordo com especificação técnica do pedido e modelo do veículo conforme projeto da montadora. Usualmente o desenvolvimento e venda de ferramental está atrelada ao fornecimento de peças. As vendas dos ferramentais são reconhecidas no momento em que o projeto esteja em produção e aprovado pela montadora. A montadora por sua vez, emite um contrato de comodato autorizando a utilização do ferramental, uma vez que trata-se de um bem de sua propriedade.

### **(c) Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência usando o método da taxa efetiva de juros.

## **2.20 Arrendamentos**

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

O Grupo arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais o Grupo detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas no passivo. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

## **2.21 Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor

presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

## **2.22 Outros ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

## **2.23 Resultado por ação**

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

## **2.24 Mudanças nos procedimentos contábeis e divulgações**

Os seguintes pronunciamentos foram adotados pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2013, sendo que nenhum deles gerou impactos materiais para o Grupo.

- (i) CPC 26 (R1)/IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis". A principal mudança para 2013 é o agrupamento dos itens apresentados na "Demonstração do resultado abrangente" com base na possibilidade de serem ou não potencialmente reclassificáveis para o resultado em momento subsequente.
- (ii) CPC 33 (R2)/IAS 19 - "Benefícios a Empregados". As seguintes mudanças ocorreram nas políticas contábeis do Grupo: o reconhecimento imediato dos custos de serviços passados, os quais são levados ao resultado do exercício independentemente de os benefícios terem sido adquiridos pelo empregado ou não; mensuração dos custos/ganhos financeiros sobre os passivos/ativos do plano de benefício definido em base líquida.
- (iii) CPC 36 (R3)/IFRS 10 - "Demonstrações Consolidadas", baseia-se na identificação de controle como fator determinante para uma entidade ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora.
- (iv) CPC 40 (R1)/IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" - essa alteração inclui novos requisitos de divulgação sobre a compensação de ativos e passivos.
- (v) CPC 45/IFRS 12 - "Divulgações de Participações em Outras Entidades" incluem os requerimentos de divulgação para todas as formas de participações em outras entidades, inclusive operações em conjunto, coligadas, entidades estruturadas e outros tipos de entidades-veículo não registradas no balanço.
- (vi) CPC 46/IFRS 13 - "Mensuração do Valor Justo" tem por objetivo aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação.

## **2.25 Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor**

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- . IFRIC 21 - "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.
- . IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

## **2.26 Mudança nas políticas contábeis, correção de erros e reapresentação das cifras comparativas**

As mudanças nas políticas contábeis e correções de erros impactaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, requerendo a reapresentação das cifras comparativas. Os principais ajustes efetuados e os impactos sobre as demonstrações financeiras dos períodos apresentados estão demonstrados a seguir:

### **(a) Perdas no desenvolvimento de ferramentais**

Ajustes decorrentes de perdas no desenvolvimento de ferramentais, que passaram a ser reconhecidos no resultado quando da efetiva venda dos ferramentais para os clientes, conforme descrito no item (b) abaixo.

### **(b) Critério de reconhecimento de outros intangíveis**

A Companhia passou a reconhecer prejuízo na venda de ferramental quando da efetiva venda dos ferramentais aos clientes. Anteriormente, esses valores eram amortizados de acordo com o resultado econômico esperado na venda das peças a serem produzidas pelos referidos ferramentais.

### **(c) Complemento da provisão para contingências trabalhistas**

A Companhia complementou a provisão para contingências trabalhistas, visando melhor refletir os desembolsos de caixa esperados em conexões com as ações existentes.

## Controladora

### (i) Balanço patrimonial

	31 de dezembro de 2012			1º de janeiro de 2012		
	Conforme anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado	Conforme anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado
Ativo não circulante	424.312	(24.967)	399.345	463.389	(20.021)	443.368
Investimentos	424.305	(24.967)	399.338	462.816	(20.021)	442.795
Total do ativo	424.315	(24.967)	399.348	463.390	(20.021)	443.369
Patrimônio líquido						
Capital social	478.424	-	478.424	289.080	-	289.080
Reservas de capital	16.414	-	16.414	8.159	-	8.159
Reserva de lucros	8.278	-	8.278	8.278	-	8.278
Outros resultados abrangentes	(29.065)	-	(29.065)	(22.541)	-	(22.541)
Prejuízos acumulados	(52.684)	(24.967)	(77.651)	-	(20.021)	(20.021)
Total do patrimônio líquido	421.367	(24.967)	396.400	282.976	(20.021)	262.955
Total do passivo e do patrimônio líquido	424.315	(24.967)	399.348	463.390	(20.021)	443.369

### (ii) Demonstração de resultado

	31 de dezembro de 2012		
	Conforme anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado
Resultado de equivalência patrimonial	(49.240)	(4.946)	(54.186)
Prejuízo do exercício	(57.614)	(4.946)	(62.560)

### (iii) Demonstração do valor adicionado

	31 de dezembro de 2012		
	Conforme anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado
Resultado de equivalência patrimonial	(49.240)	(4.946)	(54.186)
Prejuízo do exercício	(57.614)	(4.946)	(62.560)

## Consolidado

### (i) Balanço patrimonial

	31 de dezembro de 2012			1º de janeiro de 2012		
	Conforme anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado	Conforme anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado
Ativo circulante	315.801	(9.919)	305.882	358.139	(7.579)	350.560
Estoque	137.266	(9.919)	127.347	169.365	(7.579)	161.786
Ativo não circulante	680.148	(7.776)	672.372	611.139	(6.961)	604.178
Outros ativos	18.031	(7.776)	10.255	17.657	(6.961)	10.696
Total do ativo	995.949	(17.695)	978.254	969.278	(14.540)	954.738
Passivo não circulante	203.313	7.300	210.613	150.124	5.503	155.627
Provisão para contingências	1.164	7.300	8.464	2.018	5.503	7.521
Total do passivo	574.115	7.300	581.415	685.792	5.503	691.295
Patrimônio líquido						
Capital social	478.424	-	478.424	289.080	-	289.080
Reservas de capital	16.414	-	16.414	8.159	-	8.159
Reservas de lucros	8.278	-	8.278	8.278	-	8.278
Outros resultados abrangentes	(29.065)	-	(29.065)	(22.541)	-	(22.541)
Prejuízos acumulados	(52.684)	(24.967)	(77.651)	-	(20.021)	(20.021)
Participação dos acionistas não controladores	467	(28)	439	510	(22)	488
Total do patrimônio líquido	421.834	(24.995)	396.839	283.486	(20.043)	263.443
Total do passivo e do patrimônio líquido	995.949	(17.695)	978.254	969.278	(14.540)	954.738

### (ii) Demonstração de resultado

	31 de dezembro de 2012		
	Conforme anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado
Custo dos produtos vendidos	(788.194)	(3.157)	(791.351)
Despesas gerais e administrativas	(86.447)	(1.795)	(88.242)
Prejuízo antes da participação dos não controladores	(57.668)	(4.952)	(62.620)
Acionistas não controladores	54	6	60
Prejuízo do exercício	(57.614)	(4.946)	(62.560)

### (iii) Demonstração do valor adicionado

	31 de dezembro de 2012		
	Conforme anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado
Prejuízo do exercício	(57.614)	(4.946)	(62.560)

Os impactos na Demonstração do fluxo de caixa são imateriais.

## 3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

### **3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas**

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

#### **(a) Transações com pagamentos baseados em ações**

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 17.

#### **(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos**

O Grupo está sujeito ao imposto sobre a renda em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses países.

Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. O Grupo também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

#### **(c) Benefícios de planos de pensão**

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Grupo determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Grupo considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 19.

### **3.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade**

#### **(a) Imposto de renda diferido ativo**

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.



#### **4. Gestão de risco financeiro**

##### **4.1 Fatores de risco financeiro**

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de taxa de juros de valor justo e fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

##### **(a) Risco de mercado**

##### **(i) Risco cambial**

O Grupo atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos e ao euro. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia apresenta ativos e passivos em moeda estrangeira decorrentes de operações de importação, exportação e mútuo com partes relacionadas, nos montantes demonstrados abaixo:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>01/01/2012</b>
Contas a receber (Nota 6)	26.211	41.776	47.620
Contas a receber - partes relacionadas (Nota 10)	64	302	262
Fornecedores	(361)	(273)	(298)
Exposição líquida	<u>25.914</u>	<u>41.805</u>	<u>47.584</u>

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, e em 1º de janeiro de 2012, a Companhia não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos para gerenciar o risco de taxa de câmbio.

##### **(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros**

O Grupo não tem ativos significativos em que incidam juros.

O risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos às taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos às taxas fixas expõem o Grupo ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

	<b>Impacto no resultado do período (1)</b>		
	<b>Cenário I Provável</b>	<b>Cenário II +25%</b>	<b>Cenário III +50%</b>
Passivo financeiro			
CDI	5,97%	7,46%	8,96%
Empréstimos e financiamentos	(24.402)	(26.686)	(28.946)

- (1) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento dos contratos, o que for menor.

Na análise de sensibilidade, a taxa de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida e o índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida em 31 de dezembro de 2013. As análises excluem as movimentações do impacto nas variáveis de mercado sobre o valor contábil de obrigações de aposentadoria e pós-aposentadoria, provisões e ativos e passivos não financeiros das operações no exterior.

#### **(b) Risco de crédito**

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes de equipamentos originais ("OEM") e reposição/concessionárias ("DSH"), incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com *rating* mínimo "A" na escala de *Standard and Poor's*. Caso clientes do atacado sejam classificados por agência independente, são usadas essas classificações. Se não houver uma classificação independente, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

A possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com seus clientes OEM é reduzida em função do perfil desses clientes (montadoras de veículos e outras empresas de atuação mundial). Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia e suas controladas não possuem saldos significativos a receber de clientes da categoria DSH.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

#### **(c) Risco de liquidez**

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais do Grupo e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis (Nota 13) a qualquer momento, a fim de que o Grupo não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a Tesouraria do Grupo. A Tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e

valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do balanço, o Grupo mantinha fundos de curto prazo de R\$ 1.110 (2012 - R\$ 1.515) que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Consolidado					
	Até três meses	De quatro a 12 meses	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2013					
Empréstimos e financiamentos		204.985	213.255	44.062	462.302
Fornecedores	93.438				93.438
Obrigações fiscais	12.198	15	99	157	12.469
Salários e encargos	22.654	18.535			41.189
Adiantamento de clientes	22.948	3.212			26.160
Passivos com partes relacionadas	2.515				2.515
Outros passivos	6.727	295			7.022
	160.480	227.042	213.354	44.219	645.095
Em 31 de dezembro de 2012					
Empréstimos e financiamentos		226.419	181.581	20.454	428.454
Fornecedores	81.833				81.833
Obrigações fiscais	7.834				7.834
Salários e encargos	18.607	14.037			32.644
Adiantamento de clientes	12.295	3.074			15.369
Passivos com partes relacionadas	2.273				2.273
Outros passivos	4.430	114			4.544
	127.272	243.644	181.581	20.454	572.951
Em 1º de janeiro de 2012					
Empréstimos e financiamentos		176.861	95.751	52.192	324.804
Debêntures	177.823				177.823
Fornecedores	94.791				94.791
Obrigações fiscais	7.692				7.692
Salários e encargos	19.318	14.573			33.891
Adiantamento de clientes	18.036	19.237			37.273
Passivos com partes relacionadas	1.920				1.920
Outros passivos	2.839		163		3.002
	322.419	210.671	95.914	52.192	681.196

## 4.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

	<b>Consolidado</b>		
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>01/01/2012</b>
Total dos empréstimos (Nota 13)	462.302	Reapresentado 428.454	Reapresentado 324.804
Debêntures			177.823
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(1.640)	(2.063)	(2.831)
Dívida líquida	460.662	426.391	499.796
Total do patrimônio líquido	319.889	396.839	263.443
Total do capital	780.551	823.230	763.239
Índice de alavancagem financeira - %	59	52	65

O capital não é administrado ao nível da Controladora, somente ao nível consolidado.

### 4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

A tabela abaixo classifica os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis) (Nível 3).

A tabela abaixo apresenta os passivos do Grupo mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2013.

	<b>Consolidado</b>			
	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>	<b>Saldo total</b>
Passivo				
Passivos financeiros ao custo amortizado				
Capital de giro – moeda nacional		290.868		290.868
Arrendamento financeiro – “leasing”		13.873		13.873
Cheques descontados			3.259	3.259
Finame		154.302		154.302
Debêntures	-	-	177.823	177.493
Total do passivo		459.043	3.259	462.302

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2012.

	<b>Consolidado</b>			
	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>	<b>Saldo total</b>
Passivo				
Passivos financeiros ao custo amortizado				
Capital de giro – moeda nacional		256.832		256.832
Notas de crédito à exportação		21.063		21.063
Arrendamento financeiro – “leasing”		20.416		20.416
Cheques descontados			9.456	9.456
Finame		120.687		120.687
Total do passivo		418.998	9.456	428.454

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao valor justo em 1º de janeiro de 2012.

	<b>Consolidado</b>			
	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>	<b>Saldo total</b>
Passivo				
Passivos financeiros ao custo amortizado				
Debêntures			177.823	177.823
Capital de giro – moeda nacional		160.972		160.972
Notas de crédito à exportação		15.532		15.532
Arrendamento financeiro – “leasing”		28.749		28.749
Cheques descontados			14.820	14.820
Finame		104.731		104.731
Total do passivo		309.984	192.643	502.627

Abaixo demonstramos uma tabela de comparação dos valores justos e contábil dos empréstimos e financiamentos e debêntures:

	<b>2013</b>		<b>2012</b>		<b>01/01/2012</b>	
	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)						
Debêntures					177.823	177.823
Capital de giro – moeda nacional	290.868	285.393	256.832	252.359	160.972	158.380
Notas de crédito à exportação			21.063	21.365	15.532	15.704
“Leasing”	13.873	13.865	20.416	20.353	28.749	27.863
Cheques descontados	3.259	3.259	9.456	9.456	14.820	14.820
Finame	154.302	154.302	120.687	120.687	104.731	104.731
	462.302	456.819	428.454	424.220	502.627	499.321

## 5 Instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros consolidados da Companhia por categoria em cada uma das datas apresentadas:

### (a) Empréstimos e recebíveis

	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>01/01/2012</b>
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	1.640	2.063	2.831
Contas a receber de clientes	98.268	149.242	135.026
Contas a receber da venda de imóveis	4.160	5.061	5.211
Partes relacionadas	64	302	262
Outros ativos	4.923	6.423	28.177
	109.055	163.091	171.507

**(b) Outros passivos financeiros**

	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>01/01/2012</u>
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Fornecedores	93.438	81.833	94.791
Empréstimos	462.302	428.454	324.804
Debêntures	-	-	177.823
Partes relacionadas	2.515	2.273	1.920
Outros passivos	<u>7.022</u>	<u>4.544</u>	<u>3.002</u>
	<u>565.277</u>	<u>517.104</u>	<u>602.340</u>

**Controladora**

O caixa e equivalentes de caixa são classificados como "Empréstimos e recebíveis"; as contas a pagar para partes relacionadas são classificadas como "Outros passivos financeiros".

**6 Contas a receber de clientes**

	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>Consolidado</u> <u>01/01/2012</u>
Terceiros no País	73.094	105.893	78.335
Terceiros no exterior (Nota 4.1)	26.211	41.776	47.620
Contas a receber de ferramental no País	1.556	5.234	11.419
Provisão para <i>impairment</i> - créditos duvidosos	<u>(2.593)</u>	<u>(3.661)</u>	<u>(2.348)</u>
	<u>98.268</u>	<u>149.242</u>	<u>135.026</u>

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, e em 1º de janeiro de 2012, a abertura das contas a receber por idade de vencimento, era como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>01/01/2012</u>
A vencer	81.607	137.302	114.848
Vencidas:			
De 1 a 30 dias	10.295	6.314	13.544
De 31 a 60 dias	3.902	2.054	2.102
De 61 a 90 dias	2.020	2.718	1.538
Há mais de 90 dias	<u>3.037</u>	<u>4.515</u>	<u>5.342</u>
	<u>19.254</u>	<u>15.601</u>	<u>22.526</u>
Total	<u>100.861</u>	<u>152.903</u>	<u>137.374</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Saldo inicial	(3.661)	(2.348)
Reversão da provisão	2.169	2.081
Aumento da provisão	<u>(1.101)</u>	<u>(3.394)</u>
(Aumento) diminuição da provisão (Nota 21)	<u>1.068</u>	<u>(1.313)</u>
Saldo final	<u><u>(2.593)</u></u>	<u><u>(3.661)</u></u>

## 7 Estoques

	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>01/01/2012</u>
		Reapresentado	Reapresentado
Produtos acabados	7.368	5.848	6.554
Produtos em elaboração	17.505	19.057	17.808
Matérias-primas	40.610	42.124	44.206
Importação em andamento	2.201	2.797	2.390
Materiais de manutenção e auxiliares	5.679	5.290	4.426
Ferramentas e moldes em desenvolvimento destinados à venda	34.226	41.226	76.390
Adiantamentos a fornecedores	11.179	14.016	13.172
Provisão para ajuste a valor de mercado e obsolescência	<u>(2.872)</u>	<u>(3.011)</u>	<u>(3.160)</u>
	<u><u>115.896</u></u>	<u><u>127.347</u></u>	<u><u>161.786</u></u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a movimentação da provisão para ajuste a valor de mercado e obsolescência foi como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Saldo inicial	(3.011)	(3.160)
Reversão da provisão	1.291	1.713
Aumento da provisão	<u>(1.152)</u>	<u>(1.564)</u>
Redução líquida (Nota 21)	<u>139</u>	<u>149</u>
Saldo final	<u><u>(2.872)</u></u>	<u><u>(3.011)</u></u>

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custo das vendas" totalizou R\$ 416.166 (2012 - R\$ 425.283).

## 8 Tributos a recuperar

	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>01/01/2012</u>
ICMS sobre ativo imobilizado – CIAP	11.348	9.360	9.790
Imposto de renda e contribuição social antecipado	-	-	2.675
Imposto sobre valor agregado – IVA – Argentina	7.538	11.492	10.065
COFINS a recuperar – PAES	4.636	4.397	4.126
Outros	<u>3.294</u>	<u>3.173</u>	<u>3.444</u>
	26.816	28.422	30.100
(-) Circulante	<u>(17.482)</u>	<u>(20.505)</u>	<u>(22.478)</u>
Não circulante	<u>9.334</u>	<u>7.917</u>	<u>7.622</u>

## 9 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial. A Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que os efeitos decorrentes desta MP não implicará em mudanças significativas na apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social da Companhia, bem como na apuração do PIS e do COFINS, uma vez que não distribuiu dividendos nos dois últimos exercícios, não houve aquisição de participação societária nos últimos anos bem como não auferiu lucros por controladas e coligadas no exterior. Dessa forma, a Companhia optou por não aplicar os dispositivos dessa MP já no ano-calendário de 2014, mas somente a partir de 01 de janeiro de 2015.

- a) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos



		<b>Consolidado</b>		
		<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>01/01/2012</b>
Ativo:				
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (1)		103.377	67.416	47.700
Provisão para demandas judiciais e outras diferenças temporárias		<u>4.278</u>	<u>5.101</u>	<u>4.371</u>
		<u>107.655</u>	<u>72.517</u>	<u>52.071</u>
Passivo:				
Imobilizado - custo atribuído (2)		(9.055)	(13.006)	(16.671)
Depreciação – revisão da vida útil – econômica (3)		<u>(22.054)</u>	<u>(15.048)</u>	<u>(7.190)</u>
		<u>(31.109)</u>	<u>(28.054)</u>	<u>(23.861)</u>
Líquido		<u><u>76.546</u></u>	<u><u>44.463</u></u>	<u><u>28.210</u></u>

- (1) Referem-se aos saldos das controladas Plascar Ltda. e da Plascar Argentina S.A. no montante de R\$ 92.140 e R\$ 11.237, respectivamente (R\$ 66.112 e R\$ 1.304 em 31 de dezembro de 2012, respectivamente). A Plascar S.A., controladora da Plascar Ltda., possui saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social de R\$ 48.642 e R\$ 59.644, respectivamente (R\$ 47.544 e R\$ 58.546 em 31 de dezembro de 2012, respectivamente), sobre os quais não foram constituídos tributos diferidos ativos por não haver perspectiva de realização através de lucros tributáveis futuros.
- (2) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre o custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da contabilização do seu valor justo na adoção inicial do CPC 27 (IAS 16).
- (3) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre a diferença de depreciação do ativo imobilizado gerado após revisão da vida útil – econômica dos bens. Até 31 de dezembro de 2010, a Companhia, conforme permitido pela legislação tributária, considerou também para fins fiscais a depreciação calculada com base nas novas vidas útil-econômicas dos bens. A partir de setembro de 2011, a Companhia passou a utilizar para fins fiscais a depreciação calculada com base na vida útil permitida pela legislação fiscal e, conseqüentemente, reconheceu os correspondentes efeitos tributários diferidos.

A controlada Plascar Ltda. contabilizou os créditos tributários sobre saldo de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, com base em estudo técnico que evidencia a geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos tributários em prazo inferior a 10 anos. O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social não possuem prazo prescricional e a sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual.

Baseada em estudo técnico, a Companhia estima recuperar a totalidade dos créditos tributários nos seguintes exercícios sociais:

		<b>Consolidado</b>
		<b>2013</b>
2015		8.330
2016		9.103
2017		11.535
2018		10.112
2019		13.159
2020		16.626
2021		20.074
2022		<u>18.716</u>
		<u><u>107.655</u></u>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no

encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes às previsões.

A Administração considera que os ativos fiscais diferidos decorrentes das diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final das respectivas demandas judiciais e outros eventos, cuja perspectiva de realização é de longo prazo.

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(110.075)	Reapresentado (78.659)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)	37.426	26.744
Ajustes para demonstração de taxa efetiva:		
Plano de pagamento baseado em ações	(1.664)	(4.190)
Efeito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa do exercício não reconhecido (1)	373	(2.847)
Outras diferenças permanentes	(3.659)	(3.668)
	<u>32.476</u>	<u>16.039</u>
Despesa de Imposto de renda e contribuição social corrente		
Corrente	393	(214)
Diferido	<u>32.083</u>	<u>16.253</u>
	<u>32.476</u>	<u>16.039</u>

(1) Efeito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Controladora, o qual não é registrado em função de não haver expectativa de lucros tributáveis futuros.

c) Movimentação do ativo e passivo fiscal diferidos

	<b>Consolidado</b>		
	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Líquido</b>
Saldo em 01 de janeiro de 2012	52.071	(23.861)	28.210
Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação e baixa desses ativos		2.542	2.542
Efeito tributário sobre movimentação das diferenças temporárias	165		165
Impostos diferidos registrados em controlada no exterior	(343)	1.123	780
Tributos diferidos sobre diferença de depreciação		(7.858)	(7.858)
Constituição de impostos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social.	20.624		20.624
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>72.517</u>	<u>(28.054)</u>	<u>44.463</u>
Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação e baixa desses ativos		2.889	2.889
Efeito tributário sobre movimentação das diferenças temporárias	429		429
Impostos diferidos registrados em controlada no exterior	8.681	1.061	9.742
Tributos diferidos sobre diferença de depreciação		(7.005)	(7.005)
Constituição de impostos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social.	26.028		26.028
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>107.655</u>	<u>(31.109)</u>	<u>76.546</u>

## **10 Partes relacionadas**

### **a) Remuneração aos Administradores**

A remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é composta de remuneração fixa aprovada em Assembleia Geral, paga mensalmente.

A remuneração dos principais executivos e administradores da Companhia e de suas controladas são compostos de remuneração fixa, variável com base em metas estabelecidas e benefícios complementares.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o total de remuneração dos Administradores foi como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Remuneração fixa anual (1)	(6.958)	(7.612)
Remuneração variável (2)	<u>(989)</u>	<u>(1.216)</u>
Honorários da administração (Nota 21)	<u>(7.947)</u>	<u>(8.828)</u>
Plano de pagamento baseado em ações (Nota 21)	<u>(4.894)</u>	<u>(12.323)</u>
	<u>(12.841)</u>	<u>(21.151)</u>

(1) Refere-se a salários e honorários da administração, férias, 13º salário, previdência privada e encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS e outros).

(2) Refere-se à participação nos resultados e bônus.

### **b) Empresas ligadas**

A Companhia realiza operações mercantis e transações de mútuo com suas controladas e outras partes relacionadas, de acordo com os critérios definidos abaixo:

As transações mercantis realizadas entre a Companhia e suas controladas referem-se à compra e venda de insumos e peças, para complemento dos produtos vendidos a montadoras por partes relacionadas da Companhia. Tais operações mercantis ocorrem mediante regular tomada de preços, sendo que as cotações, condições e prazos de pagamento são semelhantes aos praticados com terceiros em prazo não superior a 90 dias, sem atribuição de juros ou encargos.

Historicamente, os saldos (contas a receber) de referidas operações mercantis têm sido pontualmente liquidados de acordo com as datas fixadas nas respectivas ordens de compra, mediante fechamento de contratos de câmbio. Consequentemente, não foi contabilizada, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, qualquer perda por redução ao valor recuperável das contas a receber relacionada com os valores devidos por partes relacionadas.

A Companhia e suas controladas celebram contratos de mútuo com partes relacionadas, a fim de que necessidades de caixa sejam supridas imediatamente, com a dispensa de processos de aprovação exigidos por instituições financeiras. Tais contratações estão condicionadas à disponibilidade de recursos e ao não comprometimento do fluxo de caixa da mutuante. Referidos contratos de mútuo são firmados de acordo com taxas acordadas entre as partes.

Seguem os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, bem como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios:

	Controladora			Consolidado		
	2013	2012	01/01/2012	2013	2012	01/01/2012
Ativo circulante						
Contas a receber:						
IAC NA Warren – USA					131	131
IAC Madsnvil – USA				58	171	129
Outras				6		2
				64	302	262
Ativo não circulante						
Contratos de mútuo:						
Plascar Ltda.			566			
			566			
Passivo circulante						
Contrato de mútuo:						
Permali do Brasil Ind. e Com. Ltda.				2.515	2.273	1.920
Plascar Ltda.	4.023	2.930				
	4.023	2.930		2.515	2.273	1.920
<b>Resultado</b>						
Receita de vendas						
IAC NA Warren – USA				1	1	
IAC Madsnvil – USA				210	217	
Outras				7		
				218	218	

As contas a receber referem-se às vendas de produtos, denominados em moedas estrangeiras, sobre as quais não incidem remuneração.

O contrato de mútuo entre a Companhia (mutuante) e a Plascar Ltda. (mutuaria) não está sujeito, excepcionalmente, a encargos financeiros, em função de a Companhia ser detentora direta de 99,89% do capital social da Plascar Ltda.. Trata-se do único contrato de mútuo em que a mutuante é sociedade não operacional e detentora de participação direta de aproximadamente 100% do capital social da mutuaria, circunstância que justificava a não incidência de juros. Esse contrato foi firmado, em 31 de maio de 2000, para adequação do fluxo de caixa da Plascar Ltda.

O contrato de mútuo entre a Permali do Brasil Indústria e Comércio Ltda. (mutuante) e a Plascar Ltda. (mutuaria) está sujeito à incidência de juros mensais de 1,0% e tem vencimento indeterminado. Referido contrato foi celebrado em 31 de março de 2009 para adequação do fluxo de caixa da Plascar Ltda.

## 11 Investimentos

	2013	2012	01/01/2012
		Reapresentado	Reapresentado
Em controlada:			
Plascar Ltda.	323.568	399.338	442.795
	323.568	399.338	442.795

A movimentação dos investimentos está demonstrada abaixo:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
		Reapresentado
Em 1º de janeiro	399.338	442.795
Participação nos prejuízos de controladas	(76.417)	(54.186)
Stock Option	4.894	12.323
Ajuste conversão de controlada no exterior	(4.247)	(1.594)
Em 31 de dezembro	<b>323.568</b>	<b>399.338</b>

As informações relevantes referentes à Plascar Ltda., estão apresentadas a seguir:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>01/01/2012</b>
1		Reapresentado	Reapresentado
Capital social	389.082	389.082	389.082
Quotas totais	389.082.159	389.082.159	389.082.159
Quotas possuídas	388.654.169	388.654.169	388.654.169
Participação	99,89%	99,89%	99,89%
Patrimônio líquido da controlada	323.925	399.778	442.795
Investimento registrado na Plascar S.A.	323.568	399.338	442.308
Prejuízo do exercício	(76.501)	(54.245)	34.657
Resultado da equivalência patrimonial	(76.417)	(54.186)	34.619

A Plascar Ltda. possui participação integral na Plascar Indústria de Componentes Plásticos S.A. (Argentina), cujas informações estão apresentadas a seguir:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>01/01/2012</b>
Capital social	16.636	19.256	20.182
Ações totais	6.012	6.012	6.012
Ações possuídas	6.012	6.012	6.012
Participação	100,00%	100,00%	100,00%
Patrimônio líquido da controlada	7.682	9.135	9.284
Investimento registrado na Plascar Ltda.	7.682	9.135	9.284
Lucro (prejuízo) líquido do período	(570)	333	392
Resultado da equivalência patrimonial	(570)	333	392

A Plascar Ltda. também possui participação integral na Plascar Argentina S.A., cujas informações estão apresentadas a seguir:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>01/01/2012</b>
Capital social	40.837	27.609	28.935
Ações totais	113.627	66.367	66.367
Ações possuídas	110.309	63.049	63.049
Participação consolidada	97,08%	95%	95%
Patrimônio líquido da controlada	13.303	21.068	25.381
Investimento registrado na Plascar Ltda.	12.915	20.015	24.112
Prejuízo do período	(24.279)	(3.137)	2.787
Resultado da equivalência patrimonial	(23.570)	(2.980)	2.648

Conforme aprovado em 23 de janeiro de 2013, o capital social da Plascar Argentina S.A. foi aumentado em R\$ 2.797, integralizado mediante capitalizações do valor apurado para data base 31 de dezembro de 2012, referente ao contrato de mútuo firmado entre a Plascar Indústria de Componentes Plásticos Ltda. e a Plascar S.A.

Conforme aprovado em 03 de agosto de 2013, o capital social da Plascar Argentina S.A. foi aumentado em R\$ 15.128, integralizado mediante aporte de recursos.

Conforme aprovado em 21 de outubro de 2013, o capital social da Plascar Argentina S.A. foi aumentado em R\$ 1.747, integralizado mediante capitalizações do valor apurado para data base 31 de setembro de 2013, referente ao contrato de mútuo firmado entre a Plascar Indústria de Componentes Plásticos Ltda. e a Plascar S.A.

## 12 Imobilizado

### a) Composição

		Consolidado				
	Taxa anual de depreciação %			2013	2012	01/01/2012
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	Líquido
Edificações	2 a 4	30.806	(6.194)	24.612	23.689	21.468
Máquinas e equipamentos	4 a 13,79 (1)	859.575	(363.798)	495.777	443.511	374.180
Moldes	6 a 9	45.245	(27.060)	18.185	17.970	15.909
Móveis e utensílios	6 a 10	21.538	(15.450)	6.088	7.338	7.674
Veículos	18,57 a 20	7.399	(4.639)	2.760	3.222	3.511
Equipamentos de computação	15 a 16,81	7.734	(7.365)	369	630	844
Terrenos	-	2.867		2.867	3.319	3.492
Peças e materiais de reposição	-	4.987		4.987	4.987	4.525
Obras em andamento	-	14.117		14.117	14.117	13.906
Adiantamentos a fornecedores	-	56.350		56.350	77.962	91.409
		1.050.618	(424.506)	626.112	596.745	536.918

(1) Taxa média ponderada de 5,82%.

Os adiantamentos a fornecedores registrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012 referem-se à aquisição de máquinas e equipamentos para ampliação das unidades fabris da Companhia. Do montante registrado em 31 de dezembro de 2013, R\$ 41.356 refere-se à compra de injetoras, ainda em construção, financiadas pelo programa FINAME (vide Nota 13).

O montante de R\$ 45.060 (2012 - R\$ 34.016) referente à despesa de depreciação foi reconhecido no resultado em "Custo das vendas", R\$ 758 (2012 - R\$ 3.182) em "Despesas com vendas" e R\$ 1.535 (2012 - R\$ 853) em "Despesas administrativas".

### b) Movimentação do custo

	Consolidado					
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2013					
	Saldo inicial	Varição cambial sobre controladas no exterior	Adições	Baixas	Transferência	Saldo final
Edificações	29.018	(1.340)	3.329	(290)	89	30.806
Máquinas e equipamentos	773.945	(10.958)	76.885	(1.983)	21.686	859.575
Moldes	40.580		4.648		17	45.245
Móveis e utensílios	22.145	(702)	370	(115)	(160)	21.538
Veículos	7.673	(39)	652	(845)	(42)	7.399
Equipamentos de computação	8.943	(205)	282	(1.308)	22	7.734
Terrenos	3.319	(452)				2.867
Peças e materiais de reposição	4.987					4.987
Obras em andamento	14.117					14.117
Adiantamentos a fornecedores	77.962				(21.612)	56.350
	982.689	(13.696)	86.166	(4.541)		1.050.618

<b>Consolidado</b>						
<b>Exercício findo em 31 de dezembro de 2012</b>						
	<b>Saldo inicial</b>	<b>Varição cambial sobre controladas no exterior</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferência</b>	<b>Saldo final</b>
Edificações	25.655	(398)	12.571	(8.738)	(72)	29.018
Máquinas e equipamentos	681.289	(2.455)	74.114	(12.155)	33.152	773.945
Moldes	37.051		4.797	(7)	(1.261)	40.580
Móveis e utensílios	21.723	(872)	1.416	(173)	51	22.145
Veículos	7.721	(23)	1.253	(861)	(417)	7.673
Equipamentos de computação	9.614	(66)	313	(953)	35	8.943
Terrenos	3.492	(86)		(87)		3.319
Peças e materiais de reposição	4.525		462			4.987
Obras em andamento	13.906		211			14.117
Adiantamentos a fornecedores	91.409	(428)	18.469		(31.488)	77.962
	<b>896.385</b>	<b>(4.328)</b>	<b>113.606</b>	<b>(22.974)</b>		<b>982.689</b>

**b) Movimentação da depreciação**

<b>Consolidado</b>						
<b>Exercício findo em 31 de dezembro de 2013</b>						
	<b>Saldo inicial</b>	<b>Varição cambial sobre controladas no exterior</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixa</b>	<b>Transferência</b>	<b>Saldo final</b>
Edificações	(5.329)	351	(1.244)		28	(6.194)
Máquinas e equipamentos	(330.434)	4.238	(39.157)	1.651	(96)	(363.798)
Moldes	(22.610)		(4.450)			(27.060)
Móveis e utensílios	(14.807)	438	(1.150)	82	(13)	(15.450)
Veículos	(4.451)	17	(804)	598	1	(4.639)
Equipamentos de computação	(8.313)	183	(548)	1.233	80	(7.365)
	<b>(385.944)</b>	<b>5.227</b>	<b>(47.353)</b>	<b>3.564</b>		<b>(424.506)</b>

<b>Consolidado</b>						
<b>Exercício findo em 31 de dezembro de 2012</b>						
	<b>Saldo inicial</b>	<b>Variação cambial sobre controladas no exterior</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixa</b>	<b>Transferência</b>	<b>Saldo final</b>
Edificações	(4.187)	120	(1.238)	(27)	3	(5.329)
Máquinas e equipamentos	(307.109)	1.451	(31.946)	8.145	(975)	(330.434)
Moldes	(21.142)		(2.405)	7	930	(22.610)
Móveis e utensílios	(14.049)	134	(988)	102	(6)	(14.807)
Veículos	(4.210)	43	(921)	595	42	(4.451)
Equipamentos de computação	(8.770)	61	(553)	943	6	(8.313)
	<u>(359.467)</u>	<u>1.809</u>	<u>(38.051)</u>	<u>9.765</u>		<u>(385.944)</u>

**d) Custo de empréstimos capitalizados**

O valor dos custos capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 6.244 (R\$ 8.723 e R\$ 3.476 em 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012).

**e) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e 01 de janeiro 2012, não foram apuradas perdas do valor recuperável do ativo imobilizado a serem contabilizadas.

**f) Arrendamentos mercantis financeiros (Leasing)**

Em 31 de dezembro de 2013, a Plascar Ltda. e a Plascar Argentina S.A. possuem 6 contratos de arrendamento mercantil financeiro de máquinas, equipamentos, prédio e veículos.

O valor contábil do imobilizado mantido sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 12.889 (R\$ 34.981 e R\$ 36.893 em 31 de dezembro de 2012 e 01 de janeiro de 2012). Os itens sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro são garantidos pelos próprios objetos dos contratos.

**13 Empréstimos e financiamentos**

<b>Modalidade/finalidade</b>	<b>Encargos financeiros</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>01/01/2012</b>
Capital de giro – moeda nacional	CDI + juros de 0,19% a 0,60% a.m.	290.868	256.832	160.972
Notas de crédito à exportação	CDI + juros de 0,46% a.m.		21.063	15.532
“Leasing”	Juros de 1,02% a 1,25% a.m.	13.873	20.416	28.749
Cheques descontados	Juros de 2,30% a.m – (Argentina).	3.259	9.456	14.820
Finame	Juros de 0,21% a.m. a 0,73% a.m.	<u>154.302</u>	<u>120.687</u>	<u>104.731</u>
Total		462.302	428.454	324.804
(-) Circulante		<u>(204.985)</u>	<u>(226.419)</u>	<u>(176.861)</u>
Não circulante		<u>257.317</u>	<u>202.035</u>	<u>147.943</u>

Do total dos empréstimos e financiamentos, R\$ 442.143 refere-se às operações no Brasil e R\$ 20.159 às operações da Argentina.

Os saldos referentes ao passivo não circulante possuem o seguinte cronograma de pagamentos:



	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>01/01/2012</u>
2013			30.009
2014		56.165	29.170
2015	93.899	55.164	22.503
2016	63.551	29.116	14.069
2017	26.093	21.677	13.135
2018	16.167	19.459	13.135
2019	13.545	13.950	25.922
2020	10.504	6.504	
2021	<u>33.558</u>		
	<u>257.317</u>	<u>202.035</u>	<u>147.943</u>

Dos empréstimos para capital de giro e notas de crédito à exportação contratados pela Plascar Ltda., R\$ 33.645 são garantidos por máquinas e equipamentos e o saldo restante é garantido por recebíveis e aval da Controladora.

Os cheques descontados referem-se a cheques pré-datados recebidos de montadoras pela Plascar Argentina S.A.

Os financiamentos FINAME são garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados. Do montante total registrado em 31 de dezembro de 2013, R\$ 41.356 refere-se a contratos para aquisição de injetoras, ainda em construção pelos fornecedores, registrado em contrapartida de adiantamentos a fornecedores, no ativo imobilizado.

Os contratos de “leasing” são garantidos pelos próprios bens objeto dos financiamentos.

## 14 Debêntures

Conforme aprovada, por maioria de votos, em assembleia geral extraordinária, realizada no dia 7 de abril de 2010, a Companhia aprovou uma emissão privada, em série única, de 40.000 (quarenta mil) debêntures subordinadas, obrigatoriamente conversíveis em ações de emissão da Companhia, com valor nominal de R\$ 10 cada.

As debêntures possuíam vencimento de dois anos, contados da data de emissão, vencida, portanto, em 07 de maio de 2012, e eram remuneradas por taxa equivalente a 110% da variação do CDI.

Em 8 de dezembro de 2011, a Companhia obteve aprovação da CVM para realizar o leilão das sobras de debêntures. Todavia, conforme comunicação enviada à CVM, protocolada no dia 28 de março de 2012, a Companhia decidiu por não mais prosseguir com o processo de leilão das sobras, que se daria por meio de oferta pública de distribuição primária. Consequentemente, não houve novas subscrições.

Até 31 de dezembro de 2011, foram subscritas 14.756 debêntures, totalizando R\$ 177.823 com juros remuneratórios, registrados na rubrica “Debêntures”, no passivo circulante em 31 de dezembro de 2011.

Em 07 de maio de 2012, foi convertida a totalidade das 14.756 debêntures ao preço de emissão R\$ 2,60 por ação com consequente aumento do capital social da Companhia em R\$ 185.276 equivalente a 71.260.040 novas ações. Os juros remuneratórios foram pagos na data de vencimento, de forma compulsória, mediante dação em pagamento com as ações de emissão da Companhia. Portanto, desde aquela data a totalidade das debêntures foram registradas pela Companhia.

## 15 Compromissos e contingências

### a) Arrendamento mercantil operacional (transação de *Sale & Leaseback*)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Plascar Ltda. realizou transações de Sale & Leaseback dos prédios e terrenos das unidades industriais de Varginha, Jundiaí e Betim. Os contratos

de locação dos imóveis são válidos pelo período de 10 anos, podendo ser renovados por um período adicional de 10 anos após manifestação expressa da Plascar Ltda., não existindo opção de compra dos imóveis ao final dos contratos.

**b) Processos judiciais**

O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos.

A Administração da Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos internos e externos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas com as ações em curso, como segue:

	<b>Consolidado</b>		
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>01/01/2012</b>
		Reapresentado	Reapresentado
Trabalhistas	10.271	8.464	7.521
	<u>10.271</u>	<u>8.464</u>	<u>7.521</u>

A movimentação da provisão para demandas judiciais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foi como segue:

	<b>Exercício findo em 31 de dezembro de 2013</b>		
	<b>Saldo inicial</b>	<b>Adição Pagamentos</b>	<b>Saldo final</b>
Trabalhistas	8.464	6.070 (4.263)	10.271
	<u>8.464</u>	<u>6.070 (4.263)</u>	<u>10.271</u>

	<b>Exercício findo em 31 de dezembro de 2012- Reapresentado</b>		
	<b>Saldo inicial</b>	<b>Adição Pagamentos</b>	<b>Saldo final</b>
Trabalhistas	7.521	7.015 (6.072)	8.464
	<u>7.521</u>	<u>7.015 (6.072)</u>	<u>8.464</u>

*Tributárias*

Em 31 de dezembro de 2013, a Plascar Ltda. possui nove processos tributários, avaliados pelos assessores jurídicos como risco de perda possível, no montante de R\$ 9.246 (R\$ 9.049 e R\$ 8.808 em

31 de dezembro de 2012 e 01 de janeiro de 2012), para os quais nenhuma provisão foi constituída.

#### *Trabalhistas*

A provisão para ações trabalhistas consiste, principalmente, de reclamações de empregados vinculadas a verbas decorrentes da relação de emprego e foi constituída considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável.

#### **Perdas possíveis, não provisionadas no balanço**

O Grupo tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	<b>Consolidado</b>		
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>01/01/2012</b>
Tributárias	9.246	9.049	8.808
Trabalhistas	38.447	35.635	26.870
	<u>47.693</u>	<u>44.684</u>	<u>35.678</u>

## **16 Patrimônio líquido**

### **a) Capital social**

O capital autorizado é de 1.000.000.000 de ações, e dentro desse limite, o Conselho de Administração é o órgão competente para deliberar sobre a emissão, seu valor e quantidade de novas ações, bem como fixar as condições de subscrição e integralização das mesmas. Ainda, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, poderá ser outorgada opção de compra de ações aos conselheiros e diretores da Companhia ou de Sociedade sob seu controle. Em 31 de dezembro de 2013, o capital subscrito e integralizado está composto por 242.017.574 ações ordinárias nominativas e escriturais, sem valor nominal (239.853.980 ações em 31 de dezembro 2012).

### **b) Reservas**

#### **(i) Reserva legal**

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

#### **(ii) Reserva de capital – Opções e Ações outorgadas reconhecidas**

Constituída pelo registro contábil do plano de pagamento baseado em ações. (Nota 17).

#### **(iii) Reserva de lucros para expansão**

Composto pelo lucro líquido do exercício, após destinação da reserva legal e distribuição de lucros, destinados a investimentos futuros em projetos de expansão, de acordo com o orçamento de capital submetido à assembleia geral ordinária.

### **c) Remuneração aos acionistas**

De acordo com o Estatuto da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma dos artigos 189 e 202 da Lei nº 6.404/76.

**d) Outros componentes do patrimônio líquido**

**(i) Ágio em transações de capital com entidade sob controle comum**

Refere-se ao ágio pago na aquisição da Plascar Argentina S.A. (anteriormente denominada Plastal S.A.), conforme comentado na Nota 9, fundamentado em rentabilidade futura. Esse ágio não foi reconhecido no ativo da Plascar Ltda., visto tratar-se de uma transação dentro do mesmo grupo econômico.

**(ii) Ajuste de avaliação patrimonial**

Refere-se ao custo atribuído dos ativos imobilizados da Plascar Ltda. em decorrência da adoção inicial do CPC 27 (IAS 16), o qual está sendo realizado através da depreciação ou baixa dos bens em contrapartida à rubrica lucros acumulados, líquida dos encargos tributários.

**(iii) Ajuste acumulado de conversão**

Refere-se a diferenças cambiais resultantes da conversão das demonstrações financeiras das controladas no exterior, conforme comentado na Nota 2.4.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de abril de 2013, foi autorizada a subscrição de 2.163.594 novas ações da Companhia ao preço de emissão de R\$ 0,44 (preço de mercado), o que gerou um aumento de capital de R\$ 952. A outorga das ações aos administradores deu-se na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2013.

**17 Plano de pagamento baseado em ações**

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de abril de 2011, os acionistas da Companhia deliberaram a instituição de um novo plano ("Novo Plano de Outorga") para outorga de 10.817.972 ações ordinárias de emissão da Companhia, de acordo com os termos principais que se seguem:

- (a) Foram indicados como beneficiários do Novo Plano de Outorga os seguintes executivos, bem como definido o total de ações a lhes serem outorgadas, a saber: (i) André Cambauva do Nascimento – 8.321.517 ações; (ii) Gordiano Pessoa Filho – 1.664.303 ações; e (iii) José Donizeti da Silva – 832.152 ações;
- (b) A outorga das ações ficará condicionada a um período de carência total de 5 anos, contados a partir da data da assinatura de cada contrato e observada as seguintes proporções para a outorga efetiva das ações aos beneficiários:

<b>Prazo de carência</b>	<b>Percentual das ações a serem transferidas</b>
1º aniversário da data do contrato	20% do número total de ações objeto da outorga
2º aniversário da data do contrato	20% do número total de ações objeto da outorga
3º aniversário da data do contrato	20% do número total de ações objeto da outorga
4º aniversário da data do contrato	20% do número total de ações objeto da outorga
5º aniversário da data do contrato	20% do número total de ações objeto da outorga

- (c) Transcorrido cada prazo de carência, o Conselho de Administração da Companhia tomará as providências para que o percentual correspondente às ações objeto da outorga seja transferido para os beneficiários nas proporções acima indicadas;
- (d) As ações poderão ser negociadas pelos beneficiários assim que lhes forem transferidas pela Companhia, desde que os Beneficiários observem as restrições previstas na legislação em vigor e na Política de Divulgação da Companhia;
- (e) Em caso de desligamento da Companhia antes do decurso do prazo de carência de 5 anos e proporções previstas no item (b), o beneficiário perderá os direitos decorrentes da outorga conferidos pelo plano, entendendo-se "desligamento" como qualquer ato ou fato, justificado ou não, que ponha fim à relação jurídica do beneficiário com a Companhia ou suas subsidiárias, abrangendo, dentre outras hipóteses, a

destituição, substituição ou não reeleição como administrador, rescisão do contrato de trabalho ou aposentadoria, seja a que título for; e

- (f) As ações transferidas aos beneficiários, depois de esgotado cada prazo de carência, conferirão aos beneficiários o direito ao recebimento de dividendos respectivos.

A Companhia, na valorização do plano e reconhecimento da despesa, considerou 5 *vesting periods* e respectivos valores justos da ação, conforme previsto na norma internacional (IFRS 2) e CPC10, como demonstrado abaixo:

<b>Períodos</b>	<b>Valor justo da ação</b>	<b>Total de ações a serem transferidas</b>
10. Aniversário (20%)	2,54	2.163.594
20. Aniversário (20%)	2,54	2.163.594
30. Aniversário (20%)	2,51	2.163.594
40. Aniversário (20%)	2,48	2.163.595
50. Aniversário (20%)	2,45	2.163.595
		<u>10.817.972</u>

Em reunião do conselho de administração realizada em 16 de abril de 2012 foi autorizada a subscrição de 2.163.594 novas ações da Companhia ao preço de emissão de R\$ 1,88 (preço de mercado), o que gerou um aumento de capital de R\$ 4.068. A outorga das ações aos administradores deu-se na assembleia geral ordinária realizada em 27 de abril de 2012. Dessa forma, o total das ações a serem transferidas aos participantes do plano em 31 de dezembro de 2013 somam 8.654.378.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de abril de 2013, foi autorizada a subscrição de 2.163.594 novas ações da Companhia ao preço de emissão de R\$ 0,44 (preço de mercado), o que gerou um aumento de capital de R\$ 952. A outorga das ações aos administradores deu-se na Assembléia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2013.

Em 31 de dezembro de 2013, o resultado do exercício foi reduzido em R\$ 4.894 (R\$ 12.323 em 31 de dezembro de 2012), como resultado do reconhecimento de despesas relativas aos planos de outorga.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de despesa não reconhecida relativa ao plano de ações é de R\$ 4.514, que será reconhecida no patrimônio líquido, em contrapartida do resultado do exercício, proporcionalmente a cada *vesting period*, até o final do plano.

Abaixo, segue a movimentação das ações durante os exercícios:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Saldo no início do exercício	8.654.378	10.817.972
Movimentações:		
Outorga de ações	<u>(2.163.594)</u>	<u>(2.163.594)</u>
Saldo no fim do exercício	<u>6.490.784</u>	<u>8.654.378</u>

A Companhia não possui ações em tesouraria.

## 18 Resultado por ação

O calculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros ou prejuízos básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (em milhares, exceto valores por ação):

	<u><b>2013</b></u>	<u><b>2012</b></u>
		Reapresentado
Numerador:		
Prejuízo líquido do exercício	(77.515)	(62.560)
Denominados:		
Média ponderada do número de ações	<u>242.017.574</u>	<u>237.690.386</u>
Prejuízo líquido básico e diluído por ação - R\$	<u>(0,32029)</u>	<u>(0,26320)</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não ocorreram transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias, assim como não ocorreram transações que gerassem efeito de diluição do lucro por ação.

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o preço de exercício das opções de ações previstas no plano de remuneração baseado em ações ficou acima do valor de mercado da ação da Companhia e, portanto, não gerou efeito de diluição do lucro por ação. Adicionalmente, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as debêntures conversíveis não apresentaram efeito de diluição do lucro por ação e também não geraram efeitos no cálculo do lucro por ação diluído, uma vez que a despesa de juros por ações potenciais apresentou um resultado superior ao lucro por ação básico.

## 19 Plano de pensão

A Plascar Ltda. possui um plano de previdência privada denominado Plano de Aposentadoria PlascarPrev, constituído na modalidade de contribuição variável, cujas principais características encontram-se descritas a seguir:

- i) Plano de contribuição variável, custeado pelos participantes e pela patrocinadora:
  - Contribuição básica: o participante poderá efetuar contribuições iguais a percentuais inteiros de 1% a 5% do seu salário aplicável, à sua escolha, desde que a contribuição resultante respeite o limite mínimo, estabelecido no regulamento;
  - Contribuição voluntária: desde que o participante efetue contribuição básica poderá optar em efetuar contribuição voluntária nas condições a serem fixadas pela patrocinadora;
  - Contribuição normal: a patrocinadora efetuará um crédito para todos os participantes ativos cujo salário aplicável seja superior a 20 UP (Unidade Previdenciária), apurado de acordo com a fórmula do crédito prevista em regulamento; e
  - Contribuição suplementar: a patrocinadora efetuará um crédito para os participantes ativos que efetuem contribuições básicas, calculadas com base em um percentual que poderá variar entre 50% e 100% da contribuição básica. Atualmente este crédito corresponde a 50% da contribuição básica.
- ii) Para os Participantes ativos na data da alteração, foi calculado um Crédito de Migração, correspondente aos direitos acumulados no Plano Básico anterior, além da garantia de benefício para Participantes com direito a recebimento de renda mensal no plano básico anterior, conforme definições previstas no regulamento deste novo plano.
- iii) Para os Participantes inativos e vinculados (aguardando o prazo para início do recebimento do benefício) foram garantidas as mesmas condições dos planos anteriores.

iv) Os componentes de benefício definido do plano são os seguintes:

- Benefícios concedidos sob a forma de renda mensal vitalícia;
- Benefício garantido (grupo de fundadores), avaliado em excesso aos saldos de conta de contribuição normal e crédito individual;
- Projeção de contribuições normais nos casos de incapacidade total e morte; e
- Benefício mínimo de 6 salários proporcionais à carreira de 30 anos na empresa nos casos de incapacidade total e morte (avaliado em excesso aos saldos de conta de contribuição normal e do crédito de migração).

O valor presente das obrigações e os custos do serviço corrente relativos à parcela de benefício definido do plano, foram apurados pelo Método de Crédito Unitário Projetado e foi determinado por atuário técnico especializado, utilizando as seguintes premissas (taxas nominais incluindo a taxa de inflação de longo prazo):

1. 11,03% como taxa de ajuste a valor presente (taxa de desconto);
2. 7,63% como índice de aumentos salariais estimados;
3. 4,50% como taxa de reajuste de benefícios; e
4. 4,50% como taxa de inflação de longo prazo.

As normas contábeis brasileiras e internacionais estabelecem que a taxa de desconto deva ser obtida com base nas taxas de retorno praticadas pelo mercado para papéis de primeira linha na data do balanço. Alternativamente, e na falta desta categoria de papéis no mercado, é indicado o uso das taxas de retorno oferecidas pelos títulos do governo. Nos últimos anos, o mercado tem adotado como base para definição da taxa de desconto para planos de aposentadoria as NTN-B emitidas pelo Governo. Este papel foi escolhido pela sua característica de longo prazo, que é semelhante aos vencimentos das obrigações assumidas pelas empresas com os benefícios de pós-emprego, e dada a sua indexação ao IPCA, que é próximo do INPC, índice que vem sendo adotado nos acordos coletivos de dissídio pelas empresas.

Com base nas NTN-B (fonte Anbima) registradas na posição de 26 de novembro de 2013 (data mais atual disponível na data dos cálculos), bem como na maturidade dos compromissos com o Plano de Aposentadoria da Plascar (“duration” aproximado de 10 anos), a taxa de desconto considerada é de 6,25% a.a. (mais inflação pelo INPC).

Essas premissas são consideradas adequadas pelo atuário assim como pela administração da Patrocinadora.

O valor justo dos ativos do plano representa o valor de mercado que esses ativos podem ser negociados em condições normais.

Para apuração do rendimento esperado dos ativos do plano foi considerada a hipótese de 11,03% (8,68% em 2012) como taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano.

Em 31 de dezembro de 2013, o Plano de Aposentadoria contava com 5.425 participantes ativos (3.769 em 31 de dezembro de 2012).

De acordo com a opinião do atuário responsável pelo plano, o plano está equilibrado, com o passivo atuarial devidamente lastreado pelo ativo do plano.

A análise de sensibilidade das premissas utilizadas está demonstrada abaixo:

	<b>2013</b>
<b>1. Taxa nominal de desconto</b>	
a. Taxa nominal de desconto – 2.27%	10.903
Premissa adotada na análise	10.78%
Média ponderada da duração da obrigação de benefício definido (anos)	12.27
b. Taxa nominal de desconto + 2.22%	10.327
Premissa adotada na análise	11.28%
Média ponderada da duração da obrigação de benefício definido (anos)	9.46
<b>2. Taxa nominal de crescimento salarial</b>	
a. Taxa nominal de crescimento salarial – 3.39%	10.525
Premissa adotada na análise	7.38%
b. Taxa nominal de crescimento salarial + 3.17%	10.654
Premissa adotada na análise	7.88%
<b>3. Tábua de mortalidade</b>	
a. Tabua de mortalidade – 1.66%	10.753
Premissa adotada na análise	qx – 1
b. Tabua de mortalidade + 1.53%	10.415
Premissa adotada na análise	qx + 1

Apresentamos a seguir a conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço da Companhia:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>01/01/2012</b>
<b>Composição do ativo atuarial</b>			
Valor presente das obrigações atuariais	10.574	14.239	11.187
Valor justo dos ativos do plano	(19.352)	(22.884)	(26.447)
Limite Máximo de Reconhecimento do Ativo	3.718	3.458	3.339
<b>Ativo atuarial líquido</b>	(5.060)	(5.187)	(11.921)
<b>Conciliação do valor presente das obrigações</b>			
Valor das obrigações no início do ano	14.239	11.187	10.113
Custo do serviço corrente bruto	367	272	232
Juros sobre obrigação atuarial	1.204	1.110	1.028
Benefícios pagos no ano	(642)	(621)	(580)
Obrigações - (ganho) ou perda	(4.594)	2.290	394
<b>Valor das obrigações no final do ano</b>	10.574	14.238	11.187
<b>Conciliação do valor justo dos ativos</b>			
Valor justo dos ativos no início do ano	22.884	26.447	24.048
Benefícios pagos no ano	(642)	(621)	(580)
Rendimento efetivo dos ativos no ano	(2.890)	(2.942)	2.979
<b>Valor justo dos ativos no final do ano</b>	19.352	22.884	26.447



**Cálculo dos (ganhos) e perdas**

Amortização no ano	(250)	(7.907)	92
(Ganho) perda nas obrigações atuariais	(4.594)	2.290	394
(Ganho) perda nos ativos do plano	4.844	5.617	(486)
<b>Ganho no final do ano</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras o ativo líquido de R\$ 5.060 (R\$ 5.187 e R\$ 11.921 em 31 de dezembro 2012 e 01 de janeiro de 2012) na rubrica ativo atuarial a realizar, no ativo não circulante, em função da perspectiva de realização do saldo com contribuições futuras do plano. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foi apurada uma despesa de R\$ 127 (despesa de R\$ 6.734 em 2012), a qual foi registrada em contrapartida das rubricas Outras receitas operacionais líquidas e Despesas financeiras, na demonstração do resultado.

Com relação à variação do ativo observada entre 31 de dezembro de 2012 (R\$ 5.187) e o valor apurado para 31 de dezembro de 2013 (R\$ 5.060 mil), os principais fatores que influenciaram na redução foram:

- Ajuste da taxa de desconto que passou de 4,0% a.a. em 2012 para 6,25% a.a em 2013, causando um ganho atuarial de R\$ 4.594 milhões (taxas reais, descontada a inflação)
- Redução do patrimônio de cobertura aos compromissos de benefício definido do plano, causada principalmente pela utilização do fundo previdencial do plano para o abatimento de contribuições durante o exercício de 2013 (perda de R\$ 4.844 milhões).

Esta operação teve efeito na redução do valor justo dos ativos do plano usado na apuração do “superávit” do plano em 31 de dezembro de 2013, já que este fundo previdencial compunha o total dos ativos garantidores.

**20 Receita operacional líquida**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Receita bruta de vendas	1.038.776	1.115.755
Impostos incidentes sobre vendas	(173.133)	(175.101)
Devoluções e abatimentos sobre vendas	(17.430)	(29.839)
	<b>848.213</b>	<b>910.815</b>

Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS (alíquotas de 7%, 12 e 18%), Imposto sobre produtos industrializados – IPI (alíquotas de 5% e 15%), Programa de integração social – PIS (alíquotas de 1,65% e 2,30%), Contribuição para financiamento seguridade social – COFINS (alíquotas de 7,60% e 10,80%) e Contribuição previdenciária sobre faturamento (alíquota de 1%).

**21 Custos e despesas por natureza**

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Matéria prima, insumos e materiais de uso e consumo (Nota 7)	(416.166)	Reapresentado (425.283)
Gastos com pessoal (Nota 23)	(279.212)	(273.634)
Frete sobre vendas	(25.035)	(26.945)
Depreciação e amortização	(52.865)	(46.964)
Energia elétrica, água e telefone	(34.372)	(36.503)
Serviços de terceiros	(24.086)	(28.360)
Honorários da Administração (Nota 10)	(7.947)	(8.828)
Plano de pagamento baseado em ações (Nota 17)	(4.894)	(12.323)
Comissões sobre vendas	(697)	(1.063)
Aluguéis de imóveis	(20.753)	(17.300)
Estorno (provisão) para créditos duvidosos (Nota 6)	1.068	(1.313)
Estorno (provisão) para ajuste a valor de mercado e obsolescência nos estoques (Nota 7)	139	149
Outros	(31.834)	(45.087)
	<u>(896.654)</u>	<u>(923.454)</u>
Classificados como		
Custos dos produtos vendidos	(781.873)	(791.351)
Despesas com vendas	(37.674)	(43.861)
Despesas administrativas e gerais	(77.107)	(88.242)
	<u>(896.654)</u>	<u>(923.454)</u>

## 22 Resultado financeiro

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Despesas financeiras		
Juros	(57.906)	(52.214)
Juros sobre debêntures (Nota 14)		(7.495)
Variações cambiais passivas	(5.194)	(3.854)
IOF	(2.178)	(2.468)
Ativo Atuarial (Nota 19)	(127)	(4.053)
Outros	(1.415)	(1.573)
	<u>(66.820)</u>	<u>(71.657)</u>
Receitas financeiras		
Juros	1.009	1.278
Variações monetárias ativas	499	367
Variações cambiais ativas	2.574	3.573
Outros	160	24
	<u>4.242</u>	<u>5.242</u>
Resultado financeiro	<u>(62.578)</u>	<u>(66.415)</u>

## 23 Benefícios a empregados

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais estão demonstradas a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Salários e encargos sociais	234.851	230.238
Plano de participação nos resultados	9.678	10.101
Benefícios previstos em Lei	33.940	32.600
Benefícios adicionais	743	695
	<b>279.212</b>	<b>273.634</b>

#### *Benefícios adicionais*

Além dos benefícios usuais previstos pela legislação trabalhista, a Companhia e suas controladas têm como prática conceder a seus empregados benefícios adicionais contratados de terceiros, tais como: assistência médica, seguro de vida, transporte coletivo e alimentação, reembolso escolar, auxílio creche e reembolso de treinamentos.

#### *Plano de participação nos resultados*

A Companhia e suas controladas possuem planos complementares de remuneração variável que considera o atendimento das metas estabelecidas:

- (i) Plano de participação nos resultados (PPR): a Companhia remunera seus colaboradores mediante participação nos resultados conforme acordo coletivo estabelecido entre a Companhia, comissão de empregados e o sindicato da categoria, que estabelece metas que são mensalmente aferidas e divulgadas. Este plano visa estimular o desenvolvimento e a produtividade, fornecendo oportunidades de ganhos financeiros e condições de efetiva participação nos resultados da Companhia.
- (ii) Plano de bônus adicional de participação nos resultados (PPR curto prazo): a Companhia bonifica ainda com quantidade de salários diferenciada os gestores e diretores da Companhia. A participação nos resultados devida aos colaboradores ocupantes destas funções é baseada em desempenhos (individual e da Companhia), de acordo com metas pré-estabelecidas.

Além dos benefícios mencionados acima, os benefícios a empregados também incluem plano de previdência privada (como mencionado na Nota 19).

## **24 Informações complementares dos fluxos de caixa**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Pagamentos durante os exercícios		
Juros	48.227	45.181
Transações que não envolvem desembolsos de caixa		
Adições ao imobilizado com capitalização de juros	6.244	8.723

A Companhia classifica os juros pagos como fluxo de caixa da atividade de financiamento.

## **25 Seguros**

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro de naturezas diversas, contratados com uma das principais seguradoras do país. Essas apólices foram definidas conforme o programa do

grupo e levaram em consideração a natureza e o grau de risco envolvido.

Em 31 de dezembro de 2013, a cobertura de seguros contra riscos operacionais combinado com lucros cessantes, era R\$ 601.715 (R\$ 567.848 em 31 de dezembro de 2012), e R\$ 2.170 (R\$ 2.170 em 31 de dezembro de 2012) para responsabilidade civil.

A Companhia não está prevendo ter quaisquer dificuldades para renovar nenhuma das apólices de seguro e acredita que a cobertura seja razoável em termos de valor e compatível com os padrões do setor no Brasil.